



Edição Especial

III Congresso Internacional de Ensino - CONIEN
Universidade do Minho - Braga, Portugal, 2024

A AVALIAÇÃO COMO APRENDIZAGEM E A AUTOAVALIAÇÃO: PERCEÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS

*ASSESSMENT AS LEARNING AND SELF-ASSESSMENT: PERCEPTION OF
EARLY YEAR TEACHERS*

Elizabete Rodrigues Fernandes Alexandre ¹

Silvia Fernanda de Souza Lordani ²

Sidney Lopes Sanchez Junior ³

Simone Luccas ⁴

Resumo

Discussões acerca da avaliação da aprendizagem escolar têm sido destaque em estudos e debates pela sua relevância no cenário acadêmico, nas quais buscam melhorias na qualidade do ensino ofertado nas instituições educacionais. Isto posto, o presente artigo objetiva investigar qual(is) a(s) concepção(ões) e as práticas de avaliação estão explícitas e implícitas nos professores participantes da pesquisa, com vistas a compreender sua percepção e suas práticas cotidianas sobre a Avaliação como Aprendizagem e a Autoavaliação, vistas como a tipologia e procedimento avaliativos que privilegiam a autorregulação da aprendizagem. Participaram do estudo dezessete (17) professores pertencentes ao quadro efetivo de uma escola que oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental, situada ao norte do estado do Paraná, dos quais todos participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário com quatro (4) questões, sendo uma fechada e três abertas, analisadas neste artigo. Os dados foram analisados à luz da Análise Textual Discursiva. Os resultados revelam que os professores afirmam

¹ Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Cornélio Procópio.

² Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), Universidade Estadual de Maringá (UEM).

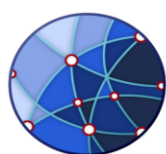
³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Cornélio Procópio.

⁴ Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Cornélio Procópio.

REPPE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ensino

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio (PR), v. 8, n. 2, p. 904-922, 2024

ISSN: 2526-9542



III CONIEN
Congresso Internacional de Ensino
PESQUISAS NA ÁREA DE ENSINO:
IMPACTOS, COOPERAÇÕES E VISIBILIDADE

DE 4 A 6 DE SETEMBRO
BRAGA - PORTUGAL



conhecer a Avaliação como Aprendizagem, no entanto, conforme suas concepções e práticas, a tipologia ainda não está estabilizada e clara quanto à aplicação com os alunos.

Palavras chave: Avaliação como Aprendizagem; Ensino Fundamental; Autorregulação.

Abstract

Discussions about the assessment of school learning have been highlighted in studies and debates due to their relevance in the academic scenario, in which they seek improvements in the quality of teaching offered in educational institutions. That said, this article aims to investigate which conception(s) and assessment practices are explicit and implicit in the teachers participating in the research, with a view to understanding their perception and their daily practices regarding Assessment as Learning and Self-Assessment, seen as the typology and evaluation procedure that privileges self-regulation of learning. Seventeen (17) teachers from a school that offers the initial years of Elementary Education participated in the study, all of whom signed the Free and Informed Consent Form. For data collection, a questionnaire was used with four (4) questions, one closed and three open, analyzed in this article. The data were analyzed using Discursive Textual Analysis. The results reveal that teachers claim to know Assessment as Learning, however, according to their conceptions and practices, the typology is not yet stabilized and clear in terms of application with students.

Keywords: Assessment as Learning; Elementary School; Self-regulation.

Introdução

A avaliação educacional tem sido um tema de grande destaque nas pesquisas sobre educação, isto porque vem ganhando cada vez mais importância junto aos processos de ensino e de aprendizagem. Até muito recentemente, a avaliação era vista apenas como um termômetro que sentenciava se o aluno estava aprovado ou reprovado, algo que a vincula expressamente à avaliação classificatória. Luckesi (2011) entende que o núcleo do modo de agir se acimentou ao longo dos tempos, reportando que as mudanças existentes, desde que passou a ser praticada no meio educacional, foram superficiais.

No final do século XX e início do século XXI, as investigações com foco na avaliação fizeram com que problemas relacionados à sua prática se tornassem mais evidentes, emergindo então a necessidade de um aprofundamento que resultasse em ações mais efetivas no que diz respeito ao ato de avaliar.

Entendemos nesta pesquisa, que a avaliação não se desvincula dos processos de ensino e de aprendizagem, sendo elemento essencial integrante e

regulador da prática educativa, como um ato de regulação das aprendizagens (Santos, 2002), portanto, um momento também de estabelecer inúmeras aprendizagens.

Assim, buscou identificar as concepções de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental acerca das práticas que envolvem a Avaliação como Aprendizagem e Autoavaliação, em prol de sanar as dificuldades ainda existentes no tocante a estas novas formas de avaliar.

Neste sentido, o objetivo deste artigo foi apresentar uma investigação sobre qual(is) a(s) concepção(ões) e as práticas de avaliação estão explícitas e implícitas nos professores participantes da pesquisa, com vistas a compreender sua percepção e suas práticas cotidianas sobre a Avaliação como Aprendizagem, e a Autoavaliação, vistas como a tipologia e procedimento avaliativos que privilegiam a autorregulação da aprendizagem.

Aporte teórico

A avaliação pode ser entendida a partir de variados conceitos de acordo com a sua funcionalidade. A função que ainda permeia nas escolas é a formativa, cuja principal característica é estar integrada na ação de formação e tem por objetivo contribuir para melhorar a aprendizagem em curso, apresentando dados tanto para o professor quanto para o aluno. Esta tipologia corrobora e pode ser explicitamente encontrada em documentos que tratam da Educação no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), a nível nacional e, o Referencial Curricular do Paraná (RCP) (Paraná, 2018), a nível estadual.

Contudo, a tipologia abordada neste trabalho é pesquisada há pouco mais de duas décadas e traz substanciais evidências de que suas características coadunam com a formação dos sujeitos, de forma integral, que valoriza o desenvolvimento ativo e autônomo do aluno.

Neste sentido, os documentos já mencionados são um tanto contraditórios, pois preconizam uma educação voltada para a formação integral do sujeito, mas ainda prevê uma avaliação do século passado, que se limita a participação apenas do professor no processo, não estendendo a ação avaliativa ao discente.

Por esta premissa, este trabalho adota a Avaliação como Aprendizagem, compreendendo a avaliação “como ato de regulação das aprendizagens” (Santos,

2002, p. 1). Por regulação das aprendizagens, corroboramos com Santos (2002, p. 1), que “todo ato intencional que, agindo sobre os mecanismos de aprendizagem, contribua diretamente para a progressão ou redirecionamento dessa aprendizagem”. Para a autora, esta regulação exige necessariamente um papel ativo do aluno em suas aprendizagens. É neste sentido que a Avaliação como Aprendizagem, tipologia avaliativa, e a Autoavaliação, procedimento avaliativo de maior relevância para esta tipologia, são amplamente recomendados para a Educação que temos atualmente, pois coadunam com a visão do desenvolvimento de um sujeito autônomo e ativo na construção de suas aprendizagens e, para além disso, na regulação de suas aprendizagens.

A Avaliação como Aprendizagem faz parte das tipologias estudadas por Earl (2003) desde início do século XXI, quando juntamente com o estudioso Dr. Steven Katz e com a Equipe de Avaliação do Protocolo para Colaboração em Educação (Western and Northern Canadian - WNCP), desenvolveram um documento que abordava especificamente essa temática. Esse foi um dos primeiros passos para o início da pesquisa que perdura até os dias atuais, reforçando uma tipologia avaliativa que passa a integrar com mais aprofundamento a participação do estudante no processo avaliativo e, conseqüentemente, em sua aprendizagem.

Conforme Earl (2003), há três tipos de avaliação: a Avaliação da Aprendizagem (AdA), a Avaliação para Aprendizagem (ApA) e a Avaliação como Aprendizagem (AcA). A AdA os resultados são tornados públicos e servem como certificado de proficiência, destinados à comunidade escolar. Neste sentido, ela é paralela à avaliação somativa (Hadji, 1994), em que o foco é o resultado ao final de uma aprendizagem já ocorrida, ou seja, ao término de um conteúdo abordado. A ApA é desenvolvida ao longo do processo, com o objetivo de adequação para que o docente promova ações que assistam o aluno por meio de *feedback*. A AcA, perspectiva adotada neste trabalho, a centralidade está na regulação realizada pelo próprio aprendente, ou seja, o processo de avaliação é de responsabilidade tanto do professor, quanto do aluno.

Para Earl (2003), a Avaliação como Aprendizagem é que deve ser a base das avaliações na escola, sobretudo, com o procedimento da Autoavaliação, que oportuniza a reflexão do aluno sobre suas aprendizagens. A autora elaborou uma pirâmide (Figura 1) em que distribui as tipologias, de modo que na base está a concepção de avaliação que em sua visão deveria permear as práticas educativas, ou

seja, a AcA. Na configuração tradicional, segundo a estudiosa, encontra-se a Avaliação da Aprendizagem, que não contribui substancialmente para a aprendizagem do aluno.

Figura 1 - Pirâmide Avaliativa Reconfigurada



Fonte: adaptado pelos autores conforme Earl (2003)

A Avaliação como Aprendizagem obtém destaque, sendo a perspectiva que deveria ser adotada nas escolas. No entanto, sabemos que a realidade, sobretudo, nas escolas brasileiras, é que a avaliação que ainda prevalece é a avaliação somativa, com foco apenas em provas aos finais de um processo de ensino, cujos objetivos ainda são classificar o aluno e determiná-lo em aprovado ou não.

O caminho para uma avaliação centrada na regulação realizada pelo próprio discente, como um processo autorreflexivo, ainda é longo e árduo, com a necessidade de muitos estudos, pesquisas e formação de professores para que as mudanças aconteçam.

A avaliação como Aprendizagem e autoavaliação: a busca pela autonomia do aluno

A avaliação, para cumprir sua verdadeira funcionalidade, precisa interligar e contribuir com os processos de ensino e de aprendizagem. Contribuir com o ensino para guiar as práticas do professor; contribuir com a aprendizagem ao fornecer informações qualitativas tanto para o professor quanto ao aluno sobre as aprendizagens e dificuldades encontradas.

Para tanto, a escolha da tipologia e do procedimento se faz essencial, uma vez que reverberam ou não nos objetivos almejados. A Avaliação como Aprendizagem e a Autoavaliação são alvos desta pesquisa por entendermos que oferecem condições favoráveis de aprendizagens no ato da avaliação.

A AcA centra-se no sujeito e, sobretudo, na forma como ele aprende, ou seja, entendendo a avaliação como um processo de aprendizagem metacognitivo. Ao fazer uso desta tipologia em sala de aula, é necessário que se tenha em mente que a aprendizagem é “um processo ativo de reestruturação cognitiva que ocorre quando os indivíduos interagem com novas ideias”⁵ (Earl, 2006, p. 41, tradução nossa). Neste sentido, Mutch (2012, p. 380, tradução nossa) afirma que:

[...] a avaliação como aprendizagem consiste em incorporar uma cultura autorreflexiva em todos os níveis do sistema. Cada aluno precisa aprender sobre como aprende, quais são os próximos passos de aprendizado e como eles saberão quando chegarem lá. Os professores precisam usar essas mesmas habilidades reflexivas para avaliar como seus programas de ensino e aprendizagem ajudam os alunos a serem autorreflexivos, alunos independentes e pensadores críticos. As escolas precisam incorporar processos em sua própria avaliação interna, procedimentos para examinar se eles promovem essa cultura de autorreflexão e autorresponsabilização, e se seus processos em toda a escola usam informações de avaliação de alunos e professores para tomar decisões estratégicas eficazes⁶.

Portanto, AcA consiste em uma análise do próprio sujeito sobre suas aprendizagens. A Autoavaliação, neste sentido, é o procedimento avaliativo que melhor atende a esta reflexão. Ela pode ser conceituada:

[...] como um processo de metacognição, entendido como um processo mental interno através do qual o próprio toma consciência dos diferentes momentos e aspectos da sua actividade cognitiva. [...] É um olhar crítico consciente sobre o que se faz, enquanto se faz. (Santos, 2002, p. 2)

⁵ No original: “[...] *an active process of cognitive restructuring that occurs when individuals interact with new ideas*”.

⁶ No original: “[...] *assessment as learning is about embedding a self-reflective culture at all levels of the system. Individual students need to learn about how they learn, what their next learning steps are and how they will know when they get there. Teachers need to use those same reflective skills to assess how well their teaching and learning programmes assist students to be self-reflective, independent learners and critical thinkers. Schools need to build processes into their own internal evaluation procedures to examine whether they foster this culture of self-reflection and self-accountability, and whether their school-wide processes use assessment information from students and teachers to make effective strategic decisions.*”

Segundo Nunziati (1990), há uma distinção entre o autocontrole e a metacognição, sendo que a segunda é consciente e refletida, enquanto a primeira é um componente natural da ação, é oculta e espontânea, sendo parte constituinte das ações complexas que o ser humano leva a cabo. A questão que emerge é: como saber quando o aluno passa do autocontrole para a metacognição? Qual é a função do professor neste processo? Santos (2002, p. 2) compreende que:

[...] o papel do professor é mais uma vez central, cabendo-lhe a responsabilidade de construir um conjunto diversificado de contextos facilitadores para o desenvolvimento da auto-avaliação, tornando-se o aluno cada vez mais autónomo. É exactamente para reforçar esta posição que entendemos utilizar a designação de auto-avaliação regulada.

Isto ocorre porque não é natural ao indivíduo a tarefa de se autoavaliar. Exige um aprendizado, de modo que, ao longo de um processo, o aprendiz vai compreendendo como analisar suas aprendizagens, o que deve ser analisado, o que fazer para sanar as dúvidas de aprendizagens não ocorridas.

É importante não confundir autoavaliação com a atribuição de notas, já que a autoavaliação exige um processo autorreflexivo, e não apenas se dar uma nota mediante a uma tarefa ou após um conteúdo finalizado. Portanto, a autoavaliação “[...] não visa à atribuição de notas ou menção do aluno; tem o sentido emancipatório de possibilitar-lhe refletir continuamente sobre o processo da sua aprendizagem e desenvolver a capacidade de registrar suas percepções” (Villas-Boas, 2001, p. 86).

De acordo com Dann (2014, p. 167 - tradução nossa), “[...] os julgamentos que os alunos fazem, que lhes permitem avançar em sua aprendizagem, são complexos e fazem parte de um repertório de habilidades de aprendizagem e entendimentos que são reguladores e mediadores”⁷. No tocante, a construção da autonomia do aluno parte, primeiramente, de uma mudança na perspectiva do ato avaliativo. É importante que o aluno passe, de fato, a fazer parte desse processo, de modo que rompa “[...] com o modelo no qual o aluno é apenas um usuário das informações advindas da avaliação e passa a considerá-lo como ator de um processo no qual contribui e é parte integrante da aprendizagem” (Alcântara, Loureiro e Linhares, 2021, p. 14).

⁷ No original: “The judgements that learners make, which enable them to advance their learning, are complex, and themselves are part of a repertoire of learning skills and understandings that are regulatory and mediating”.

Nesse contexto, diante da complexidade conceitual e da aplicabilidade equivocada estabelecida em algumas instituições educacionais em relação à Avaliação como Aprendizagem, observa-se que a formação inicial de professores não é o suficiente para atender essa demanda, há, portanto, a urgência em ampliarmos momentos de formação e capacitação com objetivo de discutir as relações existentes entre teoria e prática avaliativa a favor da aprendizagem do aluno.

Encaminhamentos metodológicos

O contexto da pesquisa deu-se em uma escola municipal que oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental de uma cidade de pequeno porte, localizada ao norte do Estado do Paraná. A instituição conta com aproximadamente 240 (duzentos e quarenta) alunos matriculados, sendo esta, a única instituição do município que oferta esse nível de ensino.

Participaram do estudo dezessete (17) professores pertencentes ao quadro efetivo da rede municipal pesquisada. Todos foram convidados e aceitaram participar ao assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com informações sobre a pesquisa e garantia do sigilo.

O presente estudo se classifica como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, cujos dados foram analisados à luz do aporte teórico da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2016). Para os autores, a ATD configura-se como uma metodologia de etapas detalhadas: visa, inicialmente, à desmontagem dos textos e análises dos detalhes. Ao término da pesquisa, almejamos compreender e reconstruir conhecimentos existentes sobre a temática pesquisada.

A ATD parte da análise do *corpus*, constituído pelos dados coletados no estudo, a partir do qual são definidas as unidades de análise que, por sua vez, compõem as categorias (Moraes, 2003). No caso desta pesquisa, a constituição das categorias ocorreu *a priori* e as unidades de análise *à posteriori*, uma organização mista.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário com quatro (4) questões, sendo uma fechada e três abertas, enviado via aplicativo *Google Forms*, pelo aplicativo *Whatsapp* no mês de março do ano de 2024.

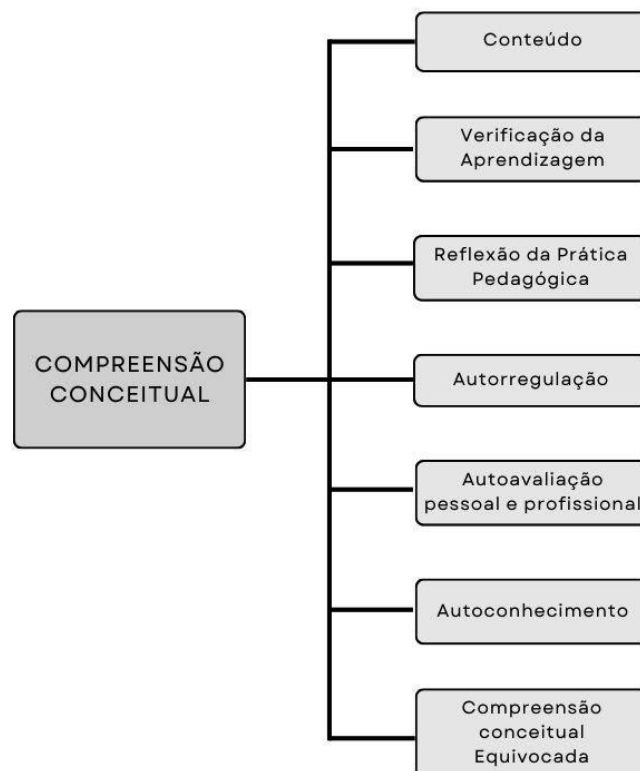
Segundo Gil (2002, p.125) um questionário envolve um “[...] conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”. Assim, as quatro

questões cujas respostas foram analisadas neste artigo são: 1) Quantos anos de atuação você tem no Ensino Fundamental - anos iniciais?; 2) Você conhece ou já ouviu falar no tipo de avaliação "Avaliação como Aprendizagem"?; 3) Para você, o que é autoavaliação?; 4) Você utiliza a autoavaliação em suas aulas? Se sim, de que forma? Com o intuito de preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os professores foram codificados de P1 a P17. As questões também foram codificadas por Q1 a Q4 e os excertos foram transcritos na íntegra, sem correções gramaticais e ortográficas.

Resultados e Discussão

Para análise e interpretação do *corpus* desta pesquisa, duas (2) categorias foram definidas: Compreensão Conceitual e Formas de utilização da Autoavaliação. Na primeira categoria, o intuito foi realizar um levantamento de como os professores compreendem conceitualmente a Autoavaliação. A primeira categoria e suas unidades de análises podem ser visualizadas na Figura 2.

Figura 2 - Primeira Categoria e Unidades de Análise



Fonte: Dados da pesquisa

Nesta primeira categoria foram identificadas, sete (7) unidades de análise, a saber: Conteúdo, Verificação da Aprendizagem, Reflexão da Prática Pedagógica, Autorregulação, Autoavaliação Pessoal e Profissional, Autoconhecimento e Compreensão Conceitual Equivocada, cujos excertos estão expostos no Quadro 1.

Quadro 1 - Categoria “Compreensão Conceitual”

Unidade de Análise	Categoria: Compreensão Conceitual
Conteúdo	<i>Quando nos avaliamos em determinados assuntos. P2Q3</i>
Verificação da Aprendizagem	<i>Vejo como um processo que vem em seguida do conhecimento adquirido. P17Q3</i>
Reflexão da Prática Pedagógica	<i>A autoavaliação é fazer uma análise de como estou trabalhando em minha prática pedagógica. P3Q3 É como avaliar o próprio desempenho no trabalho. P9Q3</i>
Autorregulação	<i>E ter auto conhecimento suficiente para me auto avaliar para permitir que sempre haja um avanço, na vida profissional e pessoal. P4Q3 Autoavaliação é poder ver o que vc fez e algo que vc poderia ter melhorado. P5Q3</i>
Autoavaliação Pessoal e Profissional	<i>É quando a pessoa avalia a si mesmo. Isso ocorre na vida pessoal, no trabalho, saúde entre outras coisas. P6Q3</i>
Autoconhecimento	<i>Auto analisar. P1Q3 É um método para avaliar o próprio desempenho. P14Q3</i>
Compreensão Conceitual Equivocada	<i>Quando eu avalio os alunos e percebo que os objetivos foram atingidos. P13Q3</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Na unidade de análise “Conteúdo”, o professor conceitua a Autoavaliação ligada a conteúdos, isto é, para ele, esta avaliação está relacionada a conteúdos específicos.

Na unidade de análise “Verificação da Aprendizagem”, o conceito está relacionado a um processo que se realiza após um momento em que houve contato com um conteúdo para verificação de novas aprendizagens, afirmando que “*vem em seguida de um conhecimento adquirido*” (P17Q3). Neste sentido, Dann (2014) argumenta que a avaliação dos alunos permite avançar nas aprendizagens.

Na unidade de análise “Reflexão da Prática Pedagógica”, é possível perceber a concepção de Autoavaliação voltada para a própria prática docente, ou seja, o professor evidencia a autoavaliação voltada para o ensino que ministra com seus alunos, avaliando a sua qualidade. Entende-se, assim, que o professor ao fazer esta análise evidencia uma preocupação com o seu desempenho como professor, fazendo uma reflexão de sua ação (Shön, 1992, 2000).

É possível evidenciar na unidade de análise “Autorregulação” uma preocupação do professor em progredir em suas aprendizagens de modo que se tenha *“auto conhecimento suficiente para me auto avaliar para permitir que sempre haja um avanço”* (P4Q3). Neste sentido, Santos (2002, p. 2), aponta a autoavaliação *“como um processo mental interno através do qual o próprio toma consciência dos diferentes momentos e aspectos da sua actividade cognitiva”* e, portanto, possibilitadora de novas aprendizagens.

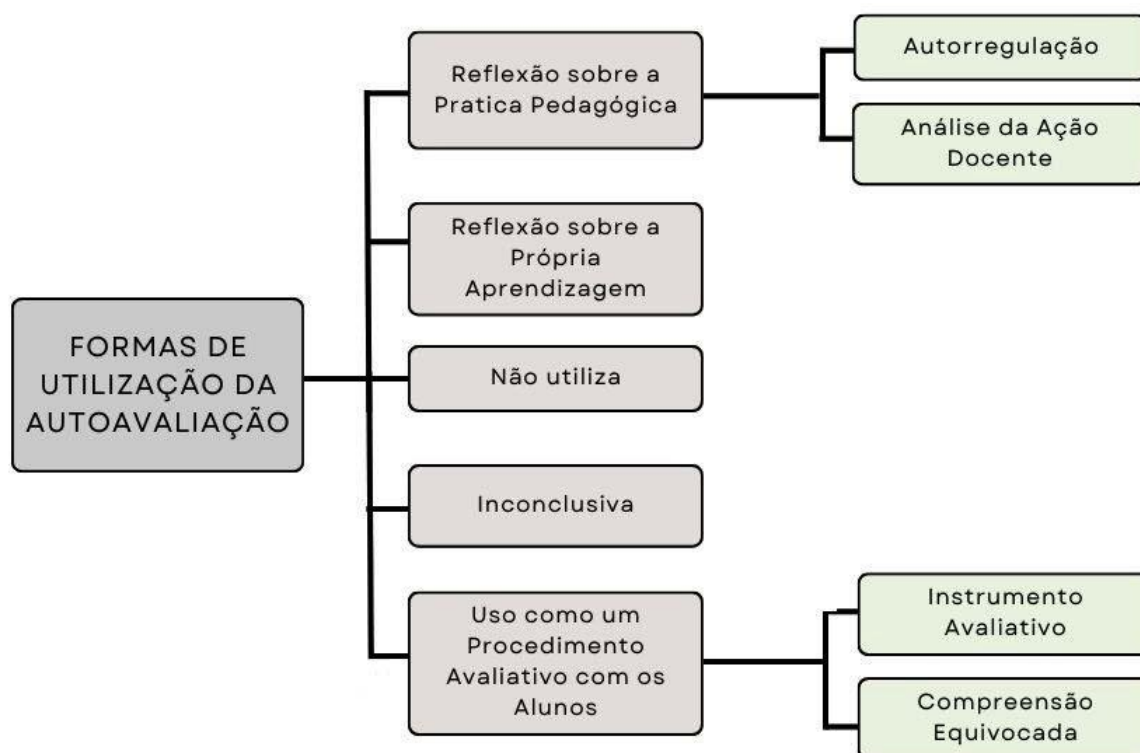
Na unidade de análise “Autoavaliação Pessoal e Profissional”, percebe-se uma concepção de autoavaliação voltada para a própria vida, seja no âmbito pessoal ou no profissional. Entende-a em um sentido mais amplo, ultrapassando a conceitualização apenas ligada à prática pedagógica, uma vez que, segundo o professor, *“Isso ocorre na vida pessoal, no trabalho, saúde entre outras coisas”* (P6Q3). E isto, de fato, é confirmado por Sant’Anna (1995), pois entende a autoavaliação como uma ferramenta que, dada a devida autonomia ao aluno, é capaz de conduzi-lo a uma modalidade de apreciação que se pode pôr em prática a vida inteira, apresentando suas contribuições para além dos contextos escolares.

Na unidade de análise “Autoconhecimento”, os professores trazem um conceito de autoavaliação voltado para ao autoconhecimento, neste sentido, a avaliação é voltada para o próprio sujeito, não há especificações sobre direção da avaliação, se para a vida pessoal, para a prática docente, para atitudes e valores, enfim, os professores simplesmente a associa a uma avaliação voltada a si mesmo, como em P1Q3 “Auto analisar”, ou em P8Q3 “Quando avaliamos a nós mesmo” e em P14Q3, segundo o qual, a autoavaliação *“É um método para avaliar o próprio desempenho”*. A unidade de análise “Compreensão Conceitual Equivocada” foi necessária nesta categoria pela existência de contradição entre a resposta à questão 2 e a resposta à questão 3, uma vez que houve uma afirmativa, por parte do professor, em relação ao conhecimento sobre a AcA. No entanto, ao conceituar Autoavaliação, se desvincula da adequada conceituação deste procedimento, entendendo-o como *“Quando eu avalio os alunos e percebo que os objetivos foram atingidos”* (P13Q3). Neste caso, o equívoco ocorre por duas razões: primeiro, na autoavaliação, o próprio aluno se avalia (Earl, 2003); segundo a autorregulação é realizada pelo próprio aprendiz, ou seja, a percepção de que os objetivos tenham sido atingidos ou não parte do próprio estudante.

A segunda categoria “Formas de utilização da Autoavaliação” buscou compreender se os professores utilizam o procedimento avaliativo da Autoavaliação em suas aulas e de que forma isso acontece.

Apenas um (1) professor afirmou não utilizar a Autoavaliação. Os demais professores relataram inúmeras formas de utilização do procedimento, variando entre avaliações, autocorreção e questionamentos orais. Nesta categoria, emergiram duas (2) subcategorias, sendo elas: “Reflexão sobre a Prática Pedagógica”, e “Uso como um Procedimento Avaliativo com os Alunos” e sete (7) unidades de análise, a saber, “Autorregulação” e “Análise da Ação Docente” (vinculadas à primeira subcategoria), “Reflexão sobre a Própria Aprendizagem”, “Não Utiliza”, “Inconclusiva”, “Instrumento Avaliativo” e “Compreensão Equivocada” (estas duas últimas vinculadas à segunda subcategoria). A Figura 3 apresenta a segunda categoria, as subcategorias e suas unidades de análises.

Figura 3 - Segunda Categoria, Subcategorias e Unidades de Análise



Fonte: Dados da pesquisa

Da subcategoria “Reflexão sobre a Prática Pedagógica” despontou-se duas (2) unidades de análise: “Autorregulação” e “Análise da Ação Docente”. Nesta subcategoria, observou-se que o modo de utilização da Autoavaliação está voltado para a própria ação pedagógica, ou seja, o professor reflete sobre o ensino e não sobre a aprendizagem do aluno. Na unidade de análise “Autorregulação”, a prática da autoavaliação possui uma preocupação dos professores não somente em analisar seu desempenho, mas também como essa análise pode contribuir para melhorar a sua ação. Assim, segundo o professor, “através dessa autoavaliação procuro melhorar a minha prática pedagógica nas atividades da escola” (P3Q4). Zabala (1998) compreende que a aprendizagem reguladora depende da forma como o sujeito aprende a lidar com os processos de ensino e de aprendizagem ao confrontar-se com a necessidade de construir novos conhecimentos. Assim, ele é capaz de avançar em suas aprendizagens por meio da reflexão sobre este aprendizado.

Na unidade “Análise da Ação Docente”, o professor atribui o uso da autoavaliação voltado para a análise de sua ação docente, isto é, “através dos resultados das avaliações dos meus alunos” (P9Q4). Nesta unidade, a análise parte dos resultados apresentados pelos alunos, é nele que o professor se guia para analisar se suas ações pedagógicas têm sido eficientes para o processo de aprendizagem do aluno. O que a diferencia da unidade anterior é que não há a reflexão sobre as possibilidades de avanço, a ação finda-se em si mesma. Diferentemente da autorregulação que evolui da reflexão da própria aprendizagem para a reflexão sobre o que fazer para avançar nesta aprendizagem.

Da subcategoria “Uso como um Procedimento Avaliativo com os Alunos” surgiram também duas (2) unidades de análise: “Instrumento Avaliativo” e “Compreensão Equivocada”.

Na unidade “Instrumento Avaliativo”, a utilização da autoavaliação como uma ferramenta avaliativa é vinculada a uma atividade desenvolvida com o aluno. O participante P2 afirma que utiliza a autoavaliação “questionando os alunos a respeito das atividades que eles realizam, se realizam da melhor forma” (P2Q4). Mesmo que haja a afirmação do professor de que utiliza a autoavaliação, esta ocorre apenas por meio de questionamento, aparentemente oral, aos alunos.

Ainda nesta subcategoria, emergiu a unidade de análise “Compreensão equivocada”, que se fez necessária, posto que o professor afirma utilizar a autoavaliação em suas aulas, entretanto, ao descrever a forma como isso se dá, sua

resposta é desconexa e sem relação, de fato, com a autoavaliação, já que afirma que utiliza o procedimento avaliativo “após o aluno reconhecer o que foi passado e a reproduzir em seguida” (P17Q4). Assim, não é possível analisar e proceder em uma interpretação da resposta devido à sua inconsistência metodológica e teórica.

Ainda na categoria “Formas de utilização da Autoavaliação”, destacaram-se mais três unidades, a saber: “Reflexão sobre a Própria Aprendizagem”, “Não utiliza” e “Inconclusiva”. Na unidade “Reflexão sobre a Própria aprendizagem”, os professores relatam momentos em que possibilitam uma autorreflexão dos alunos sobre os conteúdos abordados. Segundo P6Q4, o uso da autoavaliação em sala de aula ocorre “muitas vezes oralmente, devido trabalhar com a alfabetização, não tem como eles escreverem. Eles falam como foram, se acha que foi bom ou ruim. Muitos conseguem”. Neste sentido, mesmo que seu uso seja oral, é perceptível que o aluno faz parte do processo de avaliação, uma vez que também emite sua valoração sobre seu aprendizado. No tocante, pode-se afirmar que esta é uma premissa da Avaliação como Aprendizagem, cuja base é a Autoavaliação, e rompe “com o modelo no qual o aluno é apenas um usuário das informações advindas da avaliação e passa a considerá-lo como ator de um processo no qual contribui e é parte integrante da aprendizagem” (Alcântara; Loureiro; Linhares, 2021, p. 14).

A unidade “Não Utiliza” refere-se ao único professor que afirmou não utilizar a autoavaliação em seu processo de avaliação em sala de aula, embora tenha afirmado na Q2 conhecer a AcA e na Q3 ter conceituado a autoavaliação.

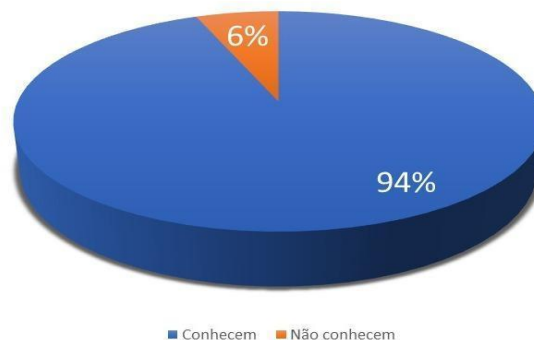
A unidade “Inconclusiva” emergiu da necessidade de categorizar o tipo de resposta que não mantém qualquer relação com a questão realizada, como as respostas “Com muito cuidado para não errar” (P7Q4) ou “observando a aprendizagem do aluno” (P13Q4). Nelas, evidenciam-se falta de clareza e de relação com o procedimento avaliativo em questão.

Dann (2002) e Earl (2003) defendem que a Avaliação como Aprendizagem muda o eixo da avaliação, fazendo do aluno seu principal elemento, e ainda evidenciam a necessidade de repensar e reconfigurar a formação e a prática docente para que ocorra a consolidação de um formato disruptivo de avaliação que privilegie a autonomia e a reflexão do aluno (Alcântara; Loureiro; Linhares, 2021).

Em adição, chama a atenção o percentual de professores que afirmaram conhecer ou já terem ouvido falar da Avaliação como Aprendizagem, mas tanto na Q3, quanto na Q4, não deixa tão nítido o uso da autoavaliação voltado

especificamente para o aluno e a sua relação com a sua aprendizagem. Nota-se que não está arraigado, na prática avaliativa do professor, o desenvolvimento da autonomia e reflexão do próprio aluno, que é algo que pode ocorrer por meio da avaliação. O Gráfico 1 traz o demonstrativo do percentual de professores que conhecem e desconhecem a Avaliação como Aprendizagem.

Gráfico 1 - Porcentagem de professores que conhecem a Avaliação como Aprendizagem

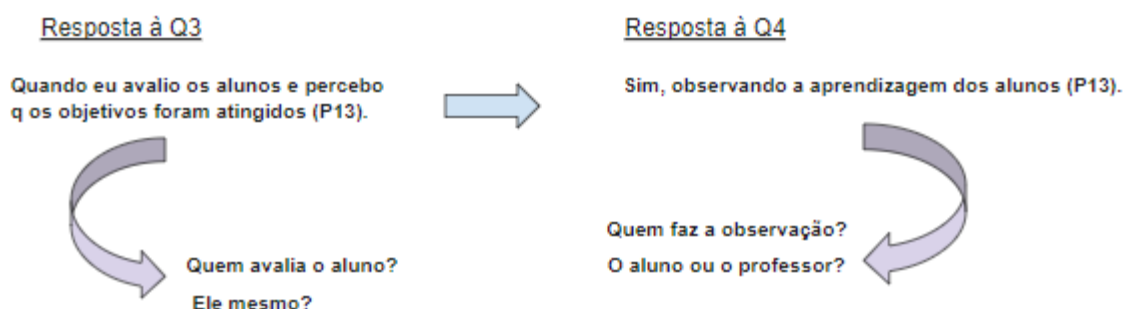


Fonte: Dados da pesquisa

É possível observar que o conhecimento a respeito da AcA e o entendimento do que seja a autoavaliação não são o suficiente para reverberar numa prática avaliativa em prol do desenvolvimento da autonomia e corresponsabilidade do ato avaliativo nos alunos. A tradição imperante ainda é a avaliação elaborada e aplicada pelo próprio professor, com emissão de valores centrados nele.

Por um lado, observa-se a autoavaliação voltada para o ensino do professor e, por outro, uma autoavaliação, cuja prática avaliativa não parte do aluno, e sim do professor, entendendo, portanto, que não se trata, de fato, de uma autoavaliação, visto que a mesma não é praticada por aquele que está sendo avaliado. A Figura 4 ilustra o referido.

Figura 4 - Conceito e prática da autoavaliação



Fonte: dados da pesquisa

Assim, fica explícita nas respostas do P13 que a avaliação parte apenas do professor, não há uma participação do aluno no sentido de refletir sobre sua própria aprendizagem e proceder numa autorregulação, o que impossibilita a formação do sujeito reflexivo e autônomo, já que “o papel do professor é mais uma vez central, cabendo-lhe a responsabilidade de construir um conjunto diversificado de contextos facilitadores para o desenvolvimento da auto-avaliação, tornando-se o aluno cada vez mais autônomo” (Santos, 2002, p.2).

Algo que precisa ser salientado é que a Formação Inicial do professor influencia em sua prática pedagógica e, conseqüentemente, na avaliação que realiza com seus alunos. Nesse sentido, Pimenta (2009) entende que repensar a formação inicial e contínua de professores, a partir da análise de suas práticas, tem-se revelado como algo crucial e uma grande demanda, iniciada na década de 1990, perdurando até a atualidade. Assim, observando os dados do Gráfico 2, pode-se inferir algumas interpretações.

Gráfico 2 - Tempo de atuação dos professores em sala de aula



Fonte: Dados da pesquisa

Embora 94% por professores tenham afirmado conhecer ou ter ouvido falar sobre a Avaliação como Aprendizagem, é preciso salientar que esta é uma tipologia cujos estudos são recentes e ainda não há tantas pesquisas que esbocem resultados de aplicação em sala de aula (Alcântara; Loureiro; Linhares, 2021). Assim, seu uso ainda não se configura como uma prática primária entre os professores, prevalecendo a avaliação somativa e formativa.

Entendendo que seus estudos são recentes, ao observar o Gráfico 2 é possível compreender o porquê, na prática, expressada pela Q4, os professores apresentam confusão ao relatar sobre o uso da autoavaliação em suas aulas, uma

vez que, do total de 17 professores investigados, 11 apresentam mais de 16 anos de atuação e, possivelmente, mais tempo ainda de sua formação inicial. No tocante, pode-se inferir que, se conhecem ou ouviram falar sobre a AcA foi por meio de formações continuadas, experiências de colegas de trabalho, *internet*, artigos, entre outros.

Para compreender melhor a fonte desses saberes, que ainda se mostram confusos, tanto no conceito, quanto na prática, seria necessária uma nova pesquisa, buscando investigar estas fontes e procurar meios, como cursos de formação, para que estas práticas possam, com o tempo, ser incorporadas pelos professores e, de fato, contribuir com a construção de sujeitos mais autônomos e reflexivos por meio de uma avaliação adequada.

Considerações finais

A avaliação da aprendizagem do aluno é um tema de grande importância e necessita estar inteiramente associada aos processos de ensino e de aprendizagem. Isto, conseqüentemente, influenciará na qualidade da educação da instituição escolar e na formação a que se pretende com o educando.

Os documentos oficiais que regem a Educação no Brasil salientam uma formação integral do educando, voltada para seu desenvolvimento pleno, autônomo e crítico, assim, uma prática avaliativa que corrobora com esses parâmetros se mostra mais eficiente e condizente com as leis e os currículos. Em vista disso, este trabalho volta-se significativamente para a Avaliação como Aprendizagem e a Autoavaliação, por entendê-las como um fecundo caminho para alcançar tais objetivos com os estudantes.

A pesquisa realizada junto aos professores trouxe importantes contribuições, uma vez que revelou dados que possibilitaram uma discussão em torno da temática estudada. Os resultados mostraram que os conceitos sobre a autoavaliação são encarados de forma ampla, não associando-os diretamente à autoavaliação como um procedimento avaliativo, assim, muitos professores direcionam a prática de autoavaliar-se para a sua atuação docente no ensino ou mesmo uma reflexão pessoal.

Quando isto não ocorre, a autoavaliação é compreendida ou aplicada de uma forma sem aprofundamento teórico ou metodológico da ação, e ainda confusa,

entendendo momentos em que o professor efetua a avaliação, por meio de observações, por exemplo, como uma forma de autoavaliação.

No tocante, entendemos, assim, que há um esforço em delegar ao aluno uma participação no processo de valoração das aprendizagens conquistadas, no entanto, observa-se a necessidade de aprofundamento de estudos, que podem ocorrer por meio de Formações Continuadas, em que ocorram estudos sobre a tipologia Avaliação como Aprendizagem, como um meio de compreender a avaliação e os mecanismos atualmente importantes para a sua prática adequada, como a regulação, a autorregulação, o autocontrole, a metacognição, entre outros; e, também, da Autoavaliação, procedimento avaliativo que embasa esta tipologia, pois possibilita ao aluno o desenvolvimento ativo, autônomo e reflexivo por meio da participação consciente da avaliação de sua própria aprendizagem.

Referências

ALCÂNTARA, C. M. G.; LOUREIRO, M. J.; LINHARES, R. N. Avaliação como aprendizagem: conceptualização e mapeamento de estudos. **Estud. Aval. Educ.** , São Paulo, v. 32, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 9.394/96**. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências. Brasília, 1996.

DANN, R. **Promoting assessment as learning**: improving the learning process. Londres: Routledge Farmer, 2002.

DANN, R. Assessment as learning: blurring the boundaries of assessment and learning for theory, policy and practice. **Assessment in Education: Principles, Policy & Practice**, v. 21, n. 2, p. 149-166, 2014.

EARL, L. M. **Assessment as learning**: using classroom assessment to maximize student learning. Thousand Oaks: Corwin Press, 2003.

EARL, L. M. **Rethinking classroom assessment with purpose in mind**: assessment for learning, assessment as learning, assessment of learning. Edmoton: Western and Northern Canadian Protocol for Collaboration in Basic Education, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADJI, C. **A Avaliação, Regras do Jogo**: das intenções aos instrumentos. Tradutores: Júlia L. Ferreira e José M. Cláudio. Portugal: Porto Editora, 1994.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: Estudos e Preposições. 22 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz**: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p.191-211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI. M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2016.

MUTCH, C. Assessment for, of and as learning: developing a sustainable assessment culture in New Zealand schools. **Policy Futures in Education**, v. 10, n. 4, p. 374-385, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2304/pfie.2012.10.4.374>. Acesso em: 02 mar. 2024.

NUNZIATI, G. Pour construire un dispositif d'évaluation formatrice. *Cahiers Pédagogiques*, 1990.

PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná**: Princípios, direitos e orientações. Paraná: PR, 2018. Disponível em: <http://www.referencialcurricularoparana.pr.gov.br/> Acesso em: 2 mar. 2024.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar?**: critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, L. **Auto-avaliação regulada**: por quê, o quê e como? mar. 2002.

SCHÖN, D. A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: Nóvoa, A. (Org.) *Os professores e a sua formação*. Lisboa: D. Quixote e IIE, 1992.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

VILLAS BOAS, B. M. F. Avaliação Formativa e formação de professores: ainda um desafio. **Revista Linhas Críticas**. Brasília, v. 12, n. 22, p. 75-90, 2001.

Zabala, A. **A prática educativa**: Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.